



POLÍCIA
MILITAR



POLÍCIA MILITAR
DISTRITO FEDERAL

POLÍCIA
MILITAR

Simulado Especial

PMPDF

OFICIAL (CFO)

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PM-DF**, cargo de **Oficial - CFO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/xYhgziNgH3aqw3Aj7>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/HpTs>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

A criação do Cristo Redentor resulta de uma convergência rara entre projeto religioso, ambição urbanística e engenharia moderna. A ideia de erguer um grande monumento no Corcovado ganhou tração no início do século XX, com mobilização católica e captação de doações, e foi consolidada quando se adotou um projeto liderado pelo engenheiro brasileiro Heitor da Silva Costa, em diálogo com artistas e técnicos estrangeiros. Do ponto de vista histórico, chama atenção como o monumento nasce num Brasil que buscava “marcos” de identidade nacional e de modernização do Rio de Janeiro — e escolhe justamente um ponto de visibilidade máxima, transformando topografia em narrativa pública.

Do ponto de vista construtivo, a obra foi concebida como um grande desafio de forma: braços abertos, volumetria monumental e exposição direta a vento e intempéries. A solução adotada foi estrutura em concreto armado (em vez de aço), com cálculo/engenharia atribuídos ao francês Albert Caquot, enquanto a modelagem escultórica ficou ligada ao francês Paul Landowski; há ainda registros de participação de outros colaboradores no desenho e acabamento do conjunto. A escolha do revestimento externo em pedra-sabão, por sua durabilidade e trabalhabilidade, completa uma lógica de projeto em camadas: uma “coluna vertebral” resistente por dentro, e uma pele protetora por fora — combinação típica de obras monumentais do período.

O transporte e a montagem no Brasil são, em si, parte essencial da façanha. Componentes e modelos produzidos/organizados no exterior precisavam chegar ao Rio e, depois, vencer o desnível do Corcovado; por isso, a logística se apoia na Estrada de Ferro do Corcovado (Trem do Corcovado), que já existia antes do monumento e foi utilizada para levar peças e materiais até o alto do morro durante anos de obra. Essa etapa “invisível” (navio + armazenagem, subida ferroviária, montagem por partes) explica por que o Cristo não é apenas um objeto artístico: ele dependeu de uma cadeia de transporte e de uma infraestrutura urbana capaz de sustentar um canteiro de obras em altitude.

1. Considerando a abordagem do texto sobre a criação e o transporte do Cristo Redentor, assinale a alternativa que melhor expressa a tese implícita sustentada pelo autor:

- a) O Cristo Redentor deve ser compreendido prioritariamente como um símbolo religioso, cujo valor histórico é secundário diante de sua função devocional.
- b) A monumentalidade do Cristo Redentor decorre menos de seu significado simbólico e mais do avanço técnico do concreto armado no início do século XX.
- c) A estátua do Cristo Redentor é apresentada como resultado da articulação entre diferentes esferas de projeto, o que permite interpretá-la como expressão de um contexto interdisciplinar.
- d) O principal mérito da obra reside na colaboração internacional, que supera as limitações técnicas brasileiras da época.
- e) O impacto cultural do monumento é explicado sobretudo pela sua localização geográfica privilegiada, independentemente de sua concepção artística e técnica.

2. Do ponto de vista da tipologia textual predominante, o texto pode ser corretamente classificado como:

- a) Narrativo, pois organiza os fatos em sequência temporal e privilegia a progressão de acontecimentos históricos.
- b) Descritivo, porque se concentra na caracterização física da estátua e de seus elementos materiais.
- c) Dissertativo-argumentativo, uma vez que interpreta os fatos históricos e constrói uma leitura crítica sobre o significado da obra.
- d) Expositivo, já que se limita a apresentar dados técnicos e históricos sem emitir qualquer juízo interpretativo.
- e) Injuntivo, pois orienta o leitor quanto aos procedimentos de construção e transporte do monumento.

3. O transporte e a montagem no Brasil são, em si, parte essencial da façanha.

O trecho acima pode ser reescrito, mantendo a correção e a coerência, da seguinte forma:

- a) O transporte e a montagem realizados em território brasileiro constituem, por si mesmos, elemento essencial da empreitada.
- b) O transporte e a montagem no Brasil, embora relevantes, se configuram como parte essencial da façanha.
- c) A façanha, em si mesma, resulta do transporte e da montagem no Brasil, que o são apenas complementares.
- d) A montagem e o transporte no Brasil são considerados essenciais, e integram propriamente à façanha.
- e) A façanha decorre sobretudo da montagem e do transporte no Brasil, pois estes lhe são partes constitutivas.

4. A solução adotada foi estrutura em concreto armado (em vez de aço), com cálculo/engenharia atribuídos ao francês Albert Caquot, enquanto a modelagem escultórica ficou ligada ao francês Paul Landowski.

No trecho acima, o termo destacado poderia ser substituído por, com manutenção do sentido:

- a) porque
- b) assim que
- c) portanto
- d) embora
- e) ao passo que

5. Acerca do emprego dos sinais de pontuação, assinale a alternativa que apresenta deslize gramatical:

- a) O transporte das peças, realizado por meio da Estrada de Ferro do Corcovado, foi decisivo para a viabilização do projeto.
- b) A construção do Cristo Redentor exemplifica a convergência entre simbolismo religioso, engenharia moderna e projeto urbano, no início do século XX.
- c) O monumento consolida-se, assim, não apenas como ícone religioso, mas como síntese material de história, técnica e paisagem.
- d) A estátua, exposta a ventos e intempéries, demandou cálculos precisos e planejamento rigoroso.
- e) O Cristo Redentor, mais do que um marco paisagístico tornou-se símbolo de uma articulação entre técnica, arte e cidade.

6. Quanto aos aspectos linguísticos, julgue os itens abaixo:

- I. “A ideia de erguer um grande monumento no Corcovado ganhou tração no início do século XX” ☐ O termo ‘tração’ foi empregado, no contexto, com sentido de ‘seriedade’.
- II. “...foi consolidada quando se adotou um projeto liderado pelo engenheiro brasileiro Heitor da Silva” ☐ no trecho, há duas ocorrências de voz passiva.
- III. “Do ponto de vista histórico, chama atenção como o monumento nasce num Brasil que buscava “marcos” de identidade nacional” ☐ O emprego da vírgula, após o termo ‘histórico’, é obrigatório.

Está (ão) correto (s)

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I e III
- e) somente III

7. Quanto aos aspectos linguísticos, julgue os itens abaixo:

- I. “uma “coluna vertebral” resistente por dentro, e uma pele protetora por fora — combinação típica de obras monumentais do período.” [?] no trecho, travessão poderia ter sido corretamente substituído por vírgula.
- II. “A escolha do revestimento externo em pedra-sabão” [?] o termo destacado poderia ser substituído por ‘pedrassabão’, de acordo com o novo Acordo Ortográfico.
- III. ‘A solução adotada foi estrutura em concreto armado (em vez de aço)’ [?] no trecho, seria correto empregar a expressão ‘ao invés de aço’, no lugar da expressão destacada.

Está (ão) correto (s)

- a) Somente I
b) II e III
c) I, II e III
d) I e III
e) somente III

8. Quanto aos aspectos linguísticos, julgue os itens abaixo:

- I. *Componentes e modelos produzidos/organizados no exterior precisavam chegar ao Rio.* [?] no trecho, seria correto substituir a destacada por ‘no Rio’.
- II. *por isso, a logística se apoia na Estrada de Ferro do Corcovado (Trem do Corcovado).* [?] no terceiro parágrafo, a expressão destacada introduz uma justificativa para o que foi dito anteriormente.
- III. Essa etapa “invisível” (navio + armazenagem, subida ferroviária, montagem por partes) explica por que o Cristo não é apenas um objeto artístico. [?] no trecho, a expressão destacada poderia ter sido substituída por ‘pelo qual’.

Está (ão) correto (s)

- a) Somente I
b) II e III
c) I, II e III

d) I e III

e) somente II

9. A ideia de erguer um grande monumento no Corcovado ganhou tração.

A oração destacada acima desempenha a função sintática de:

- a) objeto indireto.
b) adjunto adnominal.
c) adjunto adverbial.
d) aposto.
e) complemento nominal

10. No trecho “e foi consolidada quando **se** adotou um projeto liderado pelo engenheiro brasileiro Heitor da Silva Costa” o elemento ‘se’, destacado, classifica-se como:

- a) índice de indeterminação do sujeito.
b) pronome expletivo.
c) pronome apassivador.
d) complemento verbal.
e) parte integrante do verbo.

LEGISLAÇÃO (EXCETO LODF)*Fábio Ramos*

11. Analise as assertivas abaixo conforme a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios:

I - capacitação profissional continuada.

II - planejamento estratégico e sistêmico.

III - racionalidade e imparcialidade nas ações das instituições militares estaduais, do Distrito Federal e dos Territórios.

IV - caráter técnico e científico no planejamento e no emprego.

Qual das assertivas mencionadas são consideradas Diretrizes a serem observadas pela Polícia Militar do DF?

a) Somente as assertivas I e II.

b) Somente as assertivas II e III.

c) Somente as assertivas I, II e IV.

d) Somente as assertivas I, II e III.

e) Assertivas I, II, III e IV.

12. Tibério é veterano da reserva remunerada. De acordo com a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, são garantias das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, bem como de seus membros ativos e também a Tibério e reformados, entre outras, exceto :

a) uso dos títulos e designações hierárquicas.

b) uso privativo dos uniformes, das insígnias e dos distintivos das respectivas instituições, vedada a utilização por qualquer entidade pública ou privada.

c) prisão criminal ou civil, antes de decisão com trânsito em julgado e enquanto não perder o posto e a patente ou a graduação, em qualquer unidade

prisional do respectivo ente e, na falta desta, em unidade militar estadual, à disposição de autoridade judiciária competente.

d) estabilidade dos militares de carreira após 3 (três) anos de efetivo serviço nas corporações militares.

e) regime disciplinar regulado em código de ética, na forma de lei do ente federado, com penas disciplinares, assegurados o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.

13. O sentimento do dever, o pundonor policial-militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância de alguns preceitos da ética policial-militar. A luz do estatuto da PMDF no que tange à Ética Policial Militar, analise as assertivas abaixo e diga quais são preceitos da ética policial-militar:

I. o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial-militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria, até com o sacrifício da própria vida;

II. amar a verdade e a responsabilidade, como fundamentos da dignidade pessoal;

III. respeitar a dignidade da pessoa humana;

IV. proceder de maneira ilibada na vida pública, e particular.

Estão CORRETAS:

a) apenas I, II e III.

b) apenas II, III e IV.

c) apenas I, III e IV.

d) apenas III e IV.

e) todas.

LODF*Rodrigo Francelino*

14. Considerando as disposições expressas na Lei Orgânica do Distrito Federal acerca da organização, dos princípios e dos objetivos da Segurança Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A política de segurança pública do Distrito Federal deve ser norteadada pela lei do Plano Plurianual de Segurança Pública, instrumento responsável por tratar do planejamento estratégico do setor, estabelecendo diretrizes e metas fixas a serem seguidas pelo Poder Público.
- b) Constitui objetivo fundamental da política de segurança pública a gestão integrada de seus órgãos e destes com as esferas educacional, da saúde pública e da assistência social, com a finalidade precípua de prestar serviço concentrado na repressão qualificada.
- c) A prevenção das infrações penais, classificada como um dos objetivos da política de segurança pública, deve ser realizada por meio de procedimentos investigatórios e de policiamento ostensivo, enquanto a apuração dessas infrações ocorre por meio de procedimentos investigatórios de polícia judiciária.
- d) A preservação da ordem pública é um princípio que rege a segurança pública, compreendendo estritamente a ordem urbanística e a ordem fundiária, sendo as questões de natureza econômica, tributária e ambiental de competência exclusiva de outros ramos administrativos.
- e) A ênfase no policiamento comunitário e a guarda dos prédios públicos do Distrito Federal são elencados, taxativamente, no rol de princípios basilares sobre os quais a Segurança Pública é exercida.

15. A repartição de competências na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) segue o modelo federativo de distribuição de poderes, classificando-as em privativas, comuns e concorrentes. Considerando o texto legal expresso nos artigos 15 a 17 da LODF, assinale a alternativa correta.

- a) Compete privativamente ao Distrito Federal legislar sobre direito urbanístico, penitenciário e econômico, uma vez que a organização do seu território e a gestão de seus presídios são matérias de interesse predominantemente local.
- b) A proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como dos monumentos e paisagens naturais notáveis, insere-se na competência concorrente do Distrito Federal, limitando-se a atuação do ente distrital à edição de normas suplementares à legislação federal.
- c) Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, legislar sobre procedimentos em matéria processual e sobre a organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil, sendo que, inexistindo lei federal sobre normas gerais, o Distrito Federal exercerá competência legislativa plena para atender suas peculiaridades.
- d) É competência comum do Distrito Federal e da União disciplinar o trânsito local e sinalizar as vias urbanas e estradas do Distrito Federal, visto que a segurança viária exige a cooperação técnica e financeira do ente federal para a sua efetiva implementação.
- e) A competência para dispor sobre a organização do quadro de seus servidores e a instituição de planos de carreira na administração direta, autarquias e fundações públicas é concorrente, exigindo que o Distrito Federal observe as normas gerais de direito administrativo estabelecidas pela União.

DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA AS MULHERES*Leandro Signori*

16. A criação da RIDE/DF está diretamente relacionada às transformações demográficas e socioeconômicas ocorridas no entorno de Brasília desde a inauguração da capital, especialmente no que se refere à mobilidade populacional e à oferta desigual de serviços públicos.

Nesse contexto, assinale a alternativa que melhor expressa a lógica que fundamenta a criação da RIDE/DF.

- a) Promover a plena autonomia econômica dos municípios do entorno, reduzindo sua dependência funcional em relação ao Distrito Federal.
- b) Integrar políticas públicas e ações administrativas para enfrentar problemas comuns, como infraestrutura, transporte, saneamento e geração de empregos, em escala regional.
- c) Transferir ao Distrito Federal a responsabilidade exclusiva pela prestação de serviços públicos nos municípios do entorno.
- d) Uniformizar os indicadores socioeconômicos da região, eliminando as desigualdades históricas entre o DF e os municípios vizinhos.
- e) Criar uma nova capital regional, capaz de substituir Brasília como polo de atração populacional.

17. A hidrografia do Distrito Federal apresenta características singulares no contexto brasileiro, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios relacionados ao crescimento urbano e à pressão sobre os recursos naturais.

À luz dessa realidade, assinale a alternativa correta.

- a) O DF possui alta disponibilidade hídrica superficial, o que reduz a dependência de reservatórios artificiais e de águas subterrâneas.
- b) A maior parte da rede de drenagem do DF integra uma única grande bacia hidrográfica nacional, o que facilita a gestão dos recursos hídricos.

c) A pressão sobre os recursos hídricos do DF decorre exclusivamente de fatores naturais, como a irregularidade climática e a baixa pluviosidade anual.

d) A importância estratégica das bacias do Descoberto e do Paranoá está associada tanto ao abastecimento público quanto à necessidade de controle do uso e ocupação do solo em suas áreas de recarga.

e) A ocupação urbana do DF ocorreu, majoritariamente, distante das áreas de mananciais, o que explica o baixo grau de degradação hídrica.

18. A construção de Brasília e a posterior consolidação do Distrito Federal alteraram profundamente a organização político-administrativa do território brasileiro. Diferentemente dos estados, o DF possui um arranjo institucional próprio, cuja autonomia foi construída de forma gradual ao longo do tempo.

Considerando esse processo histórico e político, assinale a alternativa correta.

- a) Desde a inauguração de Brasília, em 1960, o Distrito Federal passou a eleger diretamente seu governador e seus representantes no Congresso Nacional.
- b) O Distrito Federal, por não ser um estado, não integra formalmente a federação brasileira, estando subordinado administrativamente à União.
- c) A Constituição Federal de 1988 consolidou a autonomia política do Distrito Federal, assegurando-lhe competências legislativas e executivas acumuladas de estados e municípios.
- d) A existência de regiões administrativas no DF decorre de sua condição de município único, dotado de prefeitos regionais eleitos.
- e) A autonomia do Distrito Federal foi plenamente estabelecida ainda durante o regime militar, com a criação da Câmara Legislativa.

19. A composição demográfica do Distrito Federal resulta de fluxos migratórios internos intensos desde sua criação, o que influenciou práticas culturais, formas de sociabilidade e a configuração social do território.

Considerando esse processo, assinale a alternativa correta.

- a) A diversidade cultural observada no DF está relacionada principalmente à imigração internacional vinculada à função diplomática da capital.
- b) A população do DF caracteriza-se por forte homogeneidade regional de origem, em razão do planejamento urbano inicial de Brasília.
- c) A formação populacional do DF ocorreu de maneira predominantemente espontânea, sem relação com políticas estatais de interiorização.
- d) A diversidade sociocultural do DF concentra-se exclusivamente no Plano Piloto, sendo pouco perceptível nas demais regiões administrativas.
- e) Os fluxos migratórios internos contribuíram para a formação de um espaço socialmente heterogêneo, com manifestações culturais diversas no território distrital.

20. O II PDPM-DF adota uma concepção ampliada de saúde, alinhada aos princípios do SUS e à diversidade das experiências femininas ao longo do ciclo de vida.

À luz do Eixo 3 do plano, assinale a alternativa correta.

- a) O eixo contempla ações voltadas à saúde sexual e reprodutiva, incluindo a prevenção da gravidez na adolescência.
- b) As ações de saúde previstas concentram-se exclusivamente no período gestacional e no puerpério.
- c) O plano adota abordagem uniforme de saúde, desconsiderando diferenças etárias, raciais e territoriais entre as mulheres.
- d) A saúde mental das mulheres é tratada apenas de forma indireta, sem previsão de ações específicas.

- e) O eixo restringe-se às mulheres em idade reprodutiva, por priorizar políticas de planejamento familiar.

DIREITO HUMANOS

Géssica Ehle

21. Os Direitos Humanos constituem um conjunto de prerrogativas inerentes à dignidade da pessoa humana, reconhecidas no plano internacional por assegurarem também a liberdade e igualdade humanas. Acerca do conceito de direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- a) Os Direitos Humanos são direitos inerentes à dignidade humana, positivados no plano jurídico internacional de forma independente, não havendo incorporação à legislação doméstica de modo automático.
- b) A partir do que propõe a noção de Estado soberano, os Direitos Humanos correspondem, tecnicamente, aos direitos previstos na Constituição de cada Estado.
- c) Por possuírem como núcleo essencial a dignidade humana, é possível afirmar que os Direitos Humanos possuem natureza moral, dispensando a juridicidade no plano internacional.
- d) Direitos Humanos e Direitos Fundamentais são expressões absolutamente sinônimas na doutrina contemporânea.
- e) A efetiva internacionalização dos Direitos Humanos se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

22. No âmbito do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, a responsabilidade do Estado é matéria imprescindível para a promoção desses direitos. Considerando tal temática, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos possui natureza subjetiva, exigindo prova de culpa do agente.
- b) Uma das condições para que o Estado seja responsabilizado é que haja previsão expressa da proteção jurídica junto ao texto normativo doméstico.
- c) Haverá responsabilidade internacional do Estado frente ao descumprimento de obrigação assumida em tratado internacional de direitos humanos.
- d) Sempre que houver reparação administrativa no plano interno, o Estado estará isento de qualquer responsabilidade no plano internacional.
- e) É importante salientar que a responsabilização internacional de um Estado soberano só ocorrerá após a autorização do Poder Legislativo e mediante Decreto do Poder Executivo daquele Estado.

23. A Magna Carta de 1988 é conhecida como “Constituição-cidadã” por seu caráter marcadamente comprometido com a proteção da dignidade da pessoa humana e com a centralidade dos direitos fundamentais. Sobre a presença dos Direitos Humanos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A dignidade da pessoa humana constitui princípio programático no ordenamento interno, não possuindo aplicabilidade efetiva.
- b) De acordo com o Texto Constitucional, os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- c) A fim de salvaguardar a segurança jurídica que é atributo também das normas de direitos humanos fundamentais, a Constituição Federal determinou que o texto de seu artigo 5º será supremo e suficiente.
- d) Nos termos do procedimento exposto pelo art. 5º, §3º, da Constituição, não há procedimento que admita a incorporação de tratados internacionais com hierarquia superior à lei ordinária.
- e) A fim de preservar a soberania do Estado brasileiro, a Constituição menciona que excepcionalmente, diante da ocorrência de violação aos direitos humanos, reconhecer-se-á a jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

24. Políticas de segurança pública para a população LGBTQIAPN+ no Brasil focam na redução da violência e da discriminação, através da criação de delegacias especializadas, protocolos de atendimento humanizado e em face do treinamento contínuo de seus agentes. Uma das grandes conquistas de direitos dessa população foi o enquadramento dos discursos de ódio promotores de aversão a pessoas homossexuais ou transsexuais como sendo crime de:

- a) preconceito.
- b) intolerância.
- c) injúria qualificada por motivo torpe.
- d) discriminação indireta.
- e) racismo homotransfóbico.

25. Nos termos da Política Nacional de Direitos Humanos, especialmente sobre o que determina o Decreto nº 7.037/2009 (PNDH-3), sobre os direitos dos grupos vulneráveis, julgue os itens a seguir.

- I. Sobre o Eixo Orientador que propõe a universalização de direitos em um contexto de desigualdades, nota-se a presença de objetivos estratégicos direcionados à promoção da cidadania plena, os quais preconizam a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos, sendo condicionantes de sua efetivação integral e igualitária.
- II. O acesso universal à saúde de qualidade por parte das pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ faz parte das ações programáticas do PNDH-3.
- III. O PNDH-3 estabelece, de forma taxativa, o respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
b) I e II.
c) II e III.
d) Todas as assertivas.
e) Nenhuma das assertivas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

26. Observe a seguinte sentença: "A rede Literatos Modernos recebeu um lote exclusivo da biografia de Machado de Assis, o Bruxo do Cosme Velho, escrita por um renomado historiador". Considerando-se que P, Q e R são proposições simples convenientemente escolhidas, a sentença anterior pode ser descrita por:

- a) P
b) $P \wedge Q$
c) $P \wedge Q \wedge R$
d) $P \rightarrow Q$
e) $(P \wedge Q) \rightarrow R$

27. Considere que um analista de sistemas está monitorando um servidor e estabelece a seguinte regra lógica: "Se o servidor não reiniciar, o banco de dados não estiver offline e a memória não atingir 90GB de uso, então o alerta de falha será acionado".

Sabendo que o servidor reiniciou, é correto afirmar que:

- a) para que a regra lógica seja verdadeira, é necessário que o alerta de falha seja acionado.
b) para que a regra lógica seja verdadeira, é necessário que o banco de dados esteja offline e que a memória atinja 90GB de uso.
c) a regra lógica é verdadeira, independentemente de outras condições.
d) para que a regra lógica seja falsa, é necessário que o alerta de falha não seja acionado.
e) para que a regra lógica seja falsa, é necessário que o banco de dados esteja offline e que a memória atinja 90GB de uso.

28. Uma empresa de logística utiliza a seguinte diretriz para o envio de cargas urgentes: "Se a carga for pesada, o destino for internacional e o prazo de entrega não for superior a 24 horas, então o seguro obrigatório será ativado".

Sobre a tabela-verdade dessa diretriz, a última coluna apresentará uma quantidade de valores verdadeiros (V) igual a:

- a) 1
b) 7
c) 8
d) 15
e) 16

29. Uma startup de tecnologia possui uma equipe de 5 desenvolvedores. Para um projeto crítico, o coordenador precisa organizar a equipe seguindo as seguintes diretrizes:

- Um desenvolvedor deve atuar como líder técnico, responsável pela arquitetura e revisão de código;
- Dois desenvolvedores devem criar o front-end; e
- Outros dois desenvolvedores devem criar o back-end.

O número de maneiras diferentes pelas quais o coordenador poderá organizar essa equipe é:

- a) 20
- b) 30
- c) 10
- d) 15
- e) 60

30. Uma fábrica de componentes eletrônicos opera uma linha de montagem em que a qualidade de cada peça produzida não é influenciada pelo histórico das peças anteriores. Sabe-se que a probabilidade de uma peça ser produzida com um defeito é de exatamente $\frac{1}{6}$. Ao realizar um controle de qualidade sequencial nas peças que saem da esteira, a probabilidade de que o fiscal identifique o defeito pela segunda vez exatamente quando inspeciona a quinta peça é:

- a) $\frac{125}{1522}$
- b) $\frac{25}{324}$
- c) $\frac{125}{1944}$
- d) $\frac{25}{1944}$
- e) $\frac{5}{144}$

CRIMINOLOGIA

Alexandre Herculano

31. Com base nos conceitos fundamentais da Criminologia, assinale a alternativa correta.

- a) A Criminologia é uma ciência normativa do "dever ser", que utiliza um método lógico-dedutivo para definir o que é crime e qual pena deve ser aplicada, focando-se exclusivamente na figura do delinquente.
- b) Sendo uma ciência eminentemente jurídica, a Criminologia tem como objeto principal o estudo da norma penal e sua aplicação, buscando aprimorar a legislação criminal a partir de uma análise dogmática.
- c) A Criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar que, valendo-se de um método indutivo e da observação da realidade, estuda o crime como fenômeno social, o criminoso, a vítima e o controle social.
- d) O objeto de estudo da Criminologia moderna restringe-se ao crime e ao criminoso, deixando a análise da vítima e do controle social para a Sociologia Jurídica e a Política Criminal, respectivamente.
- e) A principal finalidade da Criminologia é estabelecer penas mais severas para os crimes, funcionando como um instrumento de repressão e intimidação para a manutenção da ordem social.

32. Considerando os modelos teóricos da Criminologia, é correto afirmar que a Escola Clássica:

- a) Tinha o delito como um ente jurídico e partia do pressuposto do livre-arbítrio, entendendo o crime como uma escolha racional do indivíduo que pondera custos e benefícios de sua ação.
- b) Focava seus estudos na figura do "criminoso nato", buscando identificar características biológicas e atávicas que determinariam a prática delitiva, utilizando para isso um método experimental.
- c) Defendia a pena como uma medida de segurança com foco na defesa social, cuja finalidade principal era a ressocialização do delinquente, independentemente da gravidade do delito cometido.
- d) Foi liderada por Cesare Lombroso e Enrico Ferri, que aplicaram o método positivista das ciências naturais ao estudo do homem criminoso, negando a existência do livre-arbítrio.
- e) Compreendia o crime como um fenômeno social normal e inevitável, cuja origem estava na desorganização social das grandes cidades e na perda do controle social informal.

33. Sobre as Teorias Sociológicas do Conflito, em especial a Teoria do Etiquetamento Social (Labelling Approach), assinale a alternativa correta.

- a) Esta teoria, também conhecida como Teoria da Associação Diferencial, sustenta que o comportamento criminoso é aprendido a partir do contato com padrões de conduta criminosa em detrimento do contato com padrões de conduta não criminosa.
- b) A Teoria do Etiquetamento Social foca na análise das causas primárias do desvio, buscando entender por que um indivíduo comete o primeiro ato delituoso, considerando-o um sintoma de uma patologia social ou individual.
- c) Segundo o Labelling Approach, o crime é um fenômeno normal e funcional para a sociedade, pois reforça a coesão social ao punir o desviante,

sendo uma perspectiva alinhada às teorias de consenso.

- d) A teoria argumenta que a criminalidade é uma qualidade intrínseca de certas condutas, e o papel do sistema de justiça criminal é meramente identificar e processar aqueles que praticam tais atos, sem exercer influência sobre a definição do que é crime.
- e) Esta perspectiva teórica desloca o foco de análise do criminoso para o sistema de controle social, argumentando que o crime não é uma qualidade da conduta, mas uma etiqueta atribuída seletivamente por instâncias formais (polícia, justiça) a certos indivíduos.

34. No que tange aos modelos de prevenção de delitos no Estado Democrático de Direito, a implementação de políticas públicas universais de educação de qualidade, saneamento básico, geração de emprego e renda, e acesso à saúde, corresponde a que nível de prevenção?

- a) Prevenção situacional.
- b) Prevenção primária.
- c) Prevenção secundária.
- d) Prevenção terciária.
- e) Prevenção punitiva.

35. Associe corretamente os teóricos da Criminologia às suas respectivas teorias ou conceitos-chave:

I. Edwin Sutherland

II. Robert Merton

III. Howard Becker

() Teoria da Anomia, que explica o desvio como resultado de uma dissonância entre as metas culturais e os meios institucionalizados disponíveis para alcançá-las.

() Teoria do Etiquetamento Social (Labelling Approach), que analisa como a identidade desviante é construída a partir da reação social e da aplicação de rótulos.

() Teoria da Associação Diferencial, que postula que o comportamento criminoso é aprendido através da interação com outras pessoas em um processo de comunicação.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) I, II, III

b) III, I, II

c) I, III, II

d) II, III, I

e) II, I, III

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

OpenAI announced it would begin rolling out test ads in ChatGPT Monday afternoon, affecting the free and "Go" tiers of the artificial intelligence chatbot service.

In a release announcing the beginning of ad testing, OpenAI said the ads will be clearly marked and "visually separated" from the chatbot's answers. The ads will be based on the user's topic of conversation, prior chats and previous interactions with ads.

OpenAI said the ads would not influence the chatbot's replies, and that users will have the choice to prevent OpenAI from offering personalized ads based on user interests.

OpenAI said it would "build protections to reduce the risk of scams and other harmful or misleading ads" and

that it would not display ads for users under the age of 18, as determined by OpenAI's predictions or the user's own data.

OpenAI competitor Google has also reportedly indicated that its Gemini AI platforms might feature ads in 2026. Google currently features ads in the AI Overviews that accompany Google Search results.

OpenAI rival Anthropic has said that it will avoid placing ads in its Claude chatbot service for now.

In a blog post announcing the decision to forego ads, Anthropic wrote that "including ads in conversations with Claude would be incompatible" with positioning Claude as "a genuinely helpful assistant for work and for deep thinking."

Anthropic pilloried its rivals' allowance of ads in a new campaign of video ads, one of which played during the Super Bowl.

Internet: <www.nbcnews.com> (adapted).

36. According to the first paragraph, the introduction of advertisements in ChatGPT:

a) will be implemented across all available service plans to maximize revenue.

b) is a strategy exclusively targeted at users who use the "Go" tier.

c) follows an official announcement made by OpenAI on a Monday.

d) aims to replace the subscription model for professional users.

e) was a decision prompted by the decline of free-tier subscriptions.

37. Based on the text, OpenAI's strategy to distinguish ads from regular chatbot content involves:

a) integrating the ads directly into the text of the AI's answers to ensure engagement.

b) using "visually separated" formats and clear labeling for the advertisements.

c) providing audio cues every time an advertisement is displayed.

d) limiting ads to the beginning of the conversation only.

e) allowing the chatbot to verbally recommend products during the chat.

38. In terms of safety and age restrictions, OpenAI's policy determines that:

- a) ads will be shown to all users, but restricted content will be filtered for minors.
- b) the company will use its own predictions to identify users under 18.
- c) misleading ads are acceptable if they are clearly marked as promotional.
- d) age verification will be conducted solely through government-issued IDs.
- e) advertisements for financial scams will be permitted in the "Go" tier.

39. In the sentence "OpenAI said it would 'build protections to reduce the risk of scams'", the term "scams" refers to:

- a) software updates that fail to install.
- b) authentic marketing campaigns from verified brands.
- c) fraudulent schemes intended to deceive or cheat users.
- d) technical glitches in the chatbot's algorithm.
- e) expensive but legitimate subscription plans.

40. The term "forego", used in the context of Anthropic's blog post, is best understood as:

- a) to prioritize financial gain over ethics.
- b) to implement a new feature gradually.
- c) to give up or do without something desirable or profitable.
- d) to demand payment for a previously free service.
- e) to analyze the competition before making a move.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO (ITENS 1, 2, 3, 4 E 5 DO EDITAL)

Douglas Schneider

41. Com relação às abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração, assinale a alternativa correta.

- a) A burocracia weberiana fundamenta-se na autoridade carismática como principal mecanismo de legitimação do poder organizacional, sendo a formalização de normas um elemento complementar.
- b) O modelo burocrático prioriza a flexibilidade dos processos decisórios, permitindo que cada servidor adapte os procedimentos conforme as particularidades das demandas recebidas.
- c) O modelo burocrático proposto por Weber recomenda que as decisões sejam tomadas de forma descentralizada, com ampla autonomia dos níveis operacionais para a definição de normas internas.
- d) A profissionalização dos funcionários no modelo burocrático dispensa a exigência de competência técnica formal, uma vez que a aprendizagem ocorre pela prática no exercício do cargo.
- e) A impessoalidade, característica central da burocracia, implica que os cargos pertencem à organização e não aos seus ocupantes, de modo que as relações de autoridade derivam da posição hierárquica, e não de atributos pessoais.

42. A evolução da administração pública no Brasil passou por reformas que buscaram superar disfunções de modelos anteriores. No contexto da nova gestão pública, assinale a alternativa correta.

- a) A reforma gerencial de 1995 propôs a substituição integral do modelo burocrático, eliminando a exigência de concurso público e de controle de legalidade dos atos administrativos.
- b) A administração pública gerencial orienta-se pelo controle de resultados e pela descentralização administrativa, buscando conferir maior autonomia aos gestores públicos, sem prescindir de mecanismos de *accountability*.
- c) O modelo gerencial manteve os princípios de controle de procedimentos como mecanismo central de avaliação do desempenho da administração pública, em continuidade à lógica burocrática.
- d) A reforma administrativa de 1967, instituída pelo Decreto-Lei n.º 200, inaugurou o modelo gerencial no Brasil ao propor a criação de agências reguladoras e organizações sociais.
- e) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado restringiu a atuação do Estado às atividades de produção direta de bens e serviços, excluindo as funções de regulação e fomento.

43. Situação hipotética: Um órgão público federal adotou estrutura matricial para a execução de projetos estratégicos, mantendo os departamentos funcionais existentes. Após seis meses, gestores identificaram conflitos recorrentes entre gerentes de projeto e chefes de departamento quanto à alocação de servidores e à definição de prioridades. Com base na situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A estrutura matricial elimina a hierarquia funcional, razão pela qual os conflitos decorrem da manutenção indevida dos departamentos tradicionais.
- b) A estrutura matricial é recomendada para organizações que possuam atividades rotineiras e

estáveis, nas quais a duplicidade de comando favorece a padronização dos processos.

- c) Os conflitos descritos são incompatíveis com a estrutura matricial, uma vez que esse modelo pressupõe subordinação única e cadeia de comando linear.
- d) A solução adequada consiste na adoção de estrutura divisional, na qual cada projeto opera com total autonomia funcional e orçamentária, eliminando a interação entre as áreas.
- e) A dupla subordinação, inerente à estrutura matricial, pode gerar conflitos de autoridade entre gerentes funcionais e gerentes de projeto, demandando mecanismos de negociação e definição clara de papéis.

44. No contexto do comportamento organizacional, a motivação dos colaboradores é influenciada por fatores que as teorias motivacionais buscam explicar sob diferentes perspectivas. Assinale a alternativa correta.

- a) A teoria dos dois fatores de Herzberg sustenta que a eliminação de fatores higiênicos insatisfatórios, como condições de trabalho e salário, é suficiente para gerar motivação intrínseca no trabalhador.
- b) Na hierarquia de necessidades de Maslow, as necessidades de estima devem ser integralmente satisfeitas antes que o indivíduo possa experimentar necessidades de natureza social.
- c) A teoria da expectativa de Vroom propõe que a motivação resulta da percepção do indivíduo quanto à relação entre o esforço despendido, o desempenho alcançado e a valência das recompensas associadas a esse desempenho.
- d) A teoria X de McGregor descreve o trabalhador como naturalmente motivado e proativo, cabendo ao gestor oferecer autonomia e liberdade para que o potencial criativo se manifeste.
- e) A teoria da equidade de Adams concentra-se na relação entre o indivíduo e a tarefa desempenhada, sem considerar comparações sociais como fator relevante para a percepção de justiça.

45. Considerando as contribuições dos principais teóricos da gestão da qualidade e as ferramentas associadas a essa disciplina, assinale a alternativa correta.

- a) O ciclo PDCA apresenta como etapa inicial a execução das atividades, seguida da verificação dos resultados e da definição de novos padrões operacionais.
- b) A carta de controle, ferramenta atribuída a Juran, consiste na representação gráfica de dados coletados ao longo do tempo para identificar tendências nos indicadores de produtividade.
- c) O diagrama de Ishikawa destina-se à identificação das causas potenciais de um problema, organizando-as em categorias como método, mão de obra, material, máquina, meio ambiente e medida.
- d) O princípio de Pareto estabelece que a totalidade dos defeitos de um processo produtivo distribui-se de forma equitativa entre as diversas causas identificadas.
- e) O controle total da qualidade, proposto por Feigenbaum, restringe a responsabilidade pela qualidade ao departamento de produção, por ser o setor diretamente envolvido na fabricação.

46. Acerca das técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos nas organizações, assinale a alternativa correta.

- a) A análise de processos limita-se à verificação do cumprimento das normas internas, sendo dispensável a avaliação de indicadores de desempenho ou de satisfação do usuário final.
- b) O mapeamento de processos tem por finalidade a representação gráfica das atividades, dos fluxos de informação e dos pontos de decisão, permitindo a identificação de gargalos, redundâncias e oportunidades de melhoria.
- c) O redesenho de processos restringe-se à alteração dos responsáveis por cada atividade, sem modificar o fluxo operacional ou a sequência de etapas existentes.

d) A notação BPMN destina-se à modelagem de estruturas organizacionais hierárquicas, sendo inadequada para a representação de fluxos de trabalho.

e) A melhoria contínua de processos aplica-se a organizações privadas, sendo incompatível com o setor público em razão da rigidez normativa da administração pública.

ADMINISTRAÇÃO: GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS (ITEM 7 DO EDITAL)

Ricardo Campanário

47. Entre os tipos de classificação por aplicação, tão logo um item saia do almoxarifado para em direção ao processo produtivo ele deve ser chamado de:

- a) Matéria Prima
- b) Material semi acabado
- c) Material em vias
- d) Material acabado
- e) Componente

48. Em relação à curva ABC e a classificação XYZ, em qual grupo encontram-se os itens de mais alto valor de consumo:

- a) X
- b) Z
- c) A
- d) B
- e) C

49. É o estoque que deve ser construído com antecedência, quando é possível perceber que haverá um aumento de preço do material:

- a) Estoque de Antecipação
- b) Estoque de Segurança
- c) Estoque Virtual
- d) Estoque Hedge
- e) Estoque em Trânsito

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

50. Considere as seguintes situações hipotéticas envolvendo militares estaduais e a Justiça Militar Estadual, à luz da Constituição Federal de 1988:

- I. Um Sargento da Polícia Militar do Distrito Federal, em serviço, ao reagir a uma injusta agressão, efetua disparos que, acidentalmente, atingem e matam um civil que passava pelo local, configurando um crime militar culposo contra a vida.
- II. Um Capitão da Polícia Militar do Distrito Federal, em serviço, desobedece a uma ordem superior legítima, sendo punido disciplinarmente. Inconformado, o Capitão ajuíza uma ação judicial para anular o ato disciplinar.
- III. Um Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, em serviço, comete um crime militar de peculato, desviando verbas destinadas à corporação.

Assinale a alternativa CORRETA quanto à competência para processar e julgar as situações apresentadas:

- a) Na situação I, a competência é do Tribunal do Júri; na situação II, a competência é do Juiz de Direito do juízo militar, singularmente; e na situação III, a competência é do Conselho de Justiça, sob a presidência de Juiz de Direito.
- b) Na situação I, a competência é do Juiz de Direito do juízo militar, singularmente; na situação II, a competência é do Conselho de Justiça; e na situação III, a competência é do Juiz de Direito do juízo militar, singularmente.
- c) Na situação I, a competência é do Juiz de Direito do juízo militar, singularmente; na situação II, a competência é do Juiz de Direito do juízo militar, singularmente; e na situação III, a competência é do Conselho de Justiça, sob a presidência de Juiz de Direito.
- d) Na situação I, a competência é do Tribunal do Júri; na situação II, a competência é do Conselho de Justiça; e na situação III, a competência é do Juiz de Direito do juízo militar, singularmente.
- e) Na situação I, a competência é do Conselho de Justiça; na situação II, a competência é do Juiz de Direito do juízo militar, singularmente; e na situação III, a competência é do Tribunal do Júri.

51. Um Capitão da Polícia Militar do Distrito Federal, com 15 anos de serviço ativo, decide candidatar-se ao cargo de Vereador em seu município. Após o registro de sua candidatura, ele é devidamente agregado pela autoridade superior. Nas eleições, o Capitão é eleito e, no ato da diplomação, passa automaticamente para a inatividade. Após cumprir integralmente seu mandato de quatro anos, o agora ex-Vereador manifesta o desejo de retornar à ativa na Polícia Militar, argumentando que a experiência adquirida no legislativo municipal seria um valioso acréscimo à sua carreira militar e que a Constituição Federal não veda expressamente o retorno após o término do mandato.

Considerando a Constituição Federal de 1988, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) O Capitão poderá retornar à ativa, desde que haja vaga e que a autoridade militar competente avalie positivamente sua reintegração, pois a inatividade automática visa apenas a desvinculação temporária para o exercício do mandato eletivo.
- b) O retorno do Capitão à ativa é vedado, uma vez que, ao contar com mais de dez anos de serviço e ser eleito, a passagem para a inatividade é definitiva e irreversível, conforme interpretação do STF para preservar a imparcialidade e a não politização das forças militares.
- c) A situação do Capitão é análoga à de um militar com menos de dez anos de serviço, que se afasta da atividade para concorrer ao pleito.
- d) O Capitão somente poderia retornar à ativa se não tivesse tomado posse, pois a posse é o marco que consolida a inatividade. Contudo, uma vez empossado, a inatividade é absoluta e não permite qualquer possibilidade de retorno.
- e) A agregação inicial já configurava a inatividade para fins de elegibilidade, mas o retorno à ativa após o mandato é uma prerrogativa que depende de lei específica que regulamente a possibilidade de reversão para militares eleitos.

52. Com relação à classificação das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) Quanto à aplicabilidade, as normas programáticas disciplinam de maneira suficiente os interesses relacionados a determinado tema, permitindo, contudo, que o Poder Público atue de forma restritiva conforme disposto em lei.
- b) A Constituição Federal garante o livre exercício de qualquer profissão, ofício ou atividade, observadas as qualificações exigidas por lei, constituindo exemplo de norma de aplicação imediata e de eficácia plena, que não admite restrição por legislação infraconstitucional.
- c) As normas constitucionais de eficácia absoluta são passíveis de alteração por emenda constitucional.
- d) O grau de eficácia de uma norma constitucional não pode ser avaliado a partir do momento de sua entrada em vigor, sendo necessária a análise de sua incidência em um caso concreto.
- e) A norma constitucional de eficácia relativa ou restringível apresenta aplicabilidade direta e imediata, podendo, contudo, ter sua amplitude reduzida em razão de legislação ordinária posterior.

53. Assinale a alternativa correta, em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF sobre a repartição de competências entre os entes federativos:

- a) A competência para legislar sobre a organização, os direitos e os deveres das polícias civis estaduais é concorrente entre a União e os Estados.
- b) No caso de competência legislativa concorrente, se um Estado X editar normas gerais e específicas e, posteriormente, sobrevier lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será automaticamente revogada naquilo em que for conflitante.
- c) Compete à União e aos Estados, de forma concorrente, autorizar e fiscalizar a produção e comercialização de material bélico, razão pela qual o STF considerou constitucional lei estadual que permite o uso, pelas polícias civil e militar, de armas de fogo apreendidas.

d) É competência dos Estados a exploração dos serviços de transporte rodoviário interestadual.

e) Considera-se constitucional lei estadual que dispõe sobre o uso de bloqueadores de sinal de celular em presídios, tendo em vista a competência concorrente da União e dos Estados sobre direito penitenciário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

54. Segundo o tema responsabilidade civil e entendimentos do STF, é correto afirmar que:

- a) O Estado responde subjetivamente pelos atos de tabeliães e registradores, cabendo regressiva apenas em caso de dolo.
- b) Tabeliães e registradores respondem sempre diretamente perante o terceiro, sem responsabilidade do Estado.
- c) A omissão da ação de regresso obrigatória não configura improbidade administrativa, quando os danos forem causados por Tabeliães e Oficiais de registro.
- d) O Estado responde objetivamente, mas é facultativa a ação de regresso, ainda que comprovados dolo ou culpa.
- e) O Estado responde objetivamente pelos atos de tabeliães e registradores que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.

55. Segundo a LC nº 840/2011 que trata do regime jurídico dos servidores públicos estaduais do Distrito Federal, são requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) Ser brasileiro nato.
- b) Gozo dos direitos políticos.
- c) Quitação exclusiva das obrigações militares.
- d) Idade mínima de 21 (vinte e um) anos, quando passa a ser civilmente capaz.
- e) Aptidão exclusivamente física.

56. Segundo a Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999), não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos:

- a) De licitação, relacionados ao poder sancionador ou em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.
- b) Em que haja pluralidade de órgãos no mesmo ente federativo, por conveniência administrativa.
- c) Relacionados a políticas públicas sociais, desde que haja urgência.
- d) Em que a matéria seja complexa e exija manifestação técnica.
- e) Em que haja delegação de competência dentro do mesmo órgão.

57. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre prescrição e ressarcimento ao erário em matéria de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- a) Atos de improbidade administrativa não podem ser praticados contra entes da administração pública direta.
- b) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- c) É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do Ministério Público.
- d) A legitimidade para propor ação de improbidade administrativa é reconhecida de maneira exclusiva ao Ministério Público.
- e) Prescrevem em 8 anos as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa

58. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, caso o objeto não seja concluído no período firmado no contrato, a Lei nº 14.133/2021 determina que:

- a) O contrato se extingue automaticamente na data final, sendo vedada qualquer prorrogação.

b) O prazo de vigência somente poderá ser prorrogado por termo aditivo antes do fim do prazo, sob pena de nulidade.

c) O prazo de vigência será automaticamente prorrogado apenas se a Administração reconhecer formalmente caso fortuito ou força maior.

d) O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

e) O contrato será automaticamente prorrogado, caso seja descontado 20% do valor inicialmente contratado.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

59. João praticou determinado crime em janeiro de 2022. À época dos fatos, a lei previa pena de 2 a 6 anos de reclusão. Em julho de 2023, entrou em vigor nova lei que reduziu a pena mínima para 1 ano, mas criou uma causa de aumento de pena inexistente na legislação anterior. O processo ainda está em fase de instrução.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) Deve ser aplicada integralmente a lei nova, por ser mais recente.
- b) Deve ser aplicada integralmente a lei antiga, pois era a vigente ao tempo do fato.
- c) Deve ser aplicada a lei nova apenas se for integralmente mais benéfica ao réu.
- d) É possível a combinação da lei antiga com a lei nova, aplicando-se o que for mais favorável em cada uma.
- e) Deve ser aplicada a lei nova apenas quanto à causa de aumento, mantendo-se a pena da lei antiga.

60. Pedro, portador de transtorno mental, praticou um furto simples. Laudo pericial concluiu que, ao tempo da ação, ele era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. O juiz reconheceu essa condição.

À luz do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Pedro será condenado, mas terá a pena reduzida de um a dois terços.
- b) Pedro é isento de pena, sendo aplicada medida de segurança.
- c) Pedro responderá normalmente, pois a imputabilidade não integra a culpabilidade.
- d) Pedro será absolvido sem qualquer consequência penal.
- e) Pedro terá a pena substituída por restritiva de direitos.

61. Carlos e Marcos planejaram juntos um roubo. Carlos ficou responsável por render a vítima, enquanto Marcos daria cobertura. Durante a execução, Marcos resolveu matar a vítima, fato não previsto nem desejado por Carlos.

À luz do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos respondem por latrocínio.
- b) Carlos responde por roubo e Marcos por latrocínio.
- c) Ambos respondem apenas por roubo simples.
- d) Carlos responde por roubo e Marcos por homicídio.
- e) Ambos respondem por homicídio qualificado.

62. Em sentença condenatória, o juiz substituiu a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade. Segundo o Código Penal, essa modalidade de pena:

- a) Possui natureza acessória e depende de pena privativa cumulativa.
- b) É aplicável apenas a crimes culposos.
- c) Tem duração idêntica à pena privativa de liberdade substituída.
- d) É medida de segurança disfarçada.

e) Pode ser cumprida em regime fechado.

63. Ana foi condenada definitivamente por crime cuja pena aplicada foi de 2 anos de reclusão. Após o trânsito em julgado, transcorreram 5 anos sem início do cumprimento da pena, por inércia estatal. Nesse caso, ocorreu:

- a) Prescrição da pretensão punitiva.
- b) Prescrição da pretensão executória.
- c) Decadência do direito de punir.
- d) Perempção.
- e) Anistia tácita.

64. Acerca das sanções penais e institutos correlatos incluindo penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos, multa penal, medidas de segurança, regras sobre concurso de crimes, suspensão condicional da pena (sursis), livramento condicional e hipóteses de extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

- a) O benefício do livramento condicional é aplicável a todo condenado que tenha cumprido ao menos um terço da pena imposta, sem que se leve em consideração a espécie de delito cometido.
- b) A suspensão condicional da pena pode ser deferida para qualquer condenação à pena privativa de liberdade, desde que o agente seja primário e não ostente reincidência por crime doloso.
- c) Na hipótese de concurso material, as reprimendas são cumuladas, ao passo que, no concurso formal e no crime continuado, aplica-se uma única pena, com aumento conforme os critérios previstos em lei.
- d) A sanção pecuniária pode ser substituída por pena privativa de liberdade quando o condenado não dispuser de condições financeiras para efetuar o pagamento.
- e) A ocorrência da prescrição penal executória acarreta, em qualquer fase do processo, a extinção da punibilidade do autor do fato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

65. Sobre a aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a alternativa que descreve corretamente a regra adotada pelo ordenamento brasileiro:

- a) Aplica-se o princípio do *tempus regit actum*, o que significa que a lei processual penal tem aplicação imediata, inclusive aos processos em curso, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- b) Adota-se a teoria da unidade processual, segundo a qual o processo deve ser regido do início ao fim pela mesma lei vigente ao tempo do crime.
- c) No caso de normas de natureza híbrida ou mista (conteúdo processual e material), aplica-se a lei nova imediatamente, ainda que seja mais gravosa ao réu.
- d) A lei processual penal nova, se for mais benéfica ao acusado, deve retroagir para anular atos processuais já praticados validamente sob a égide da lei revogada.
- e) As normas que regulam prazos recursais já iniciados são alteradas imediatamente pela lei nova, ainda que o prazo para recorrer seja reduzido.

66. Em relação às características e ao procedimento do Inquérito Policial (IP), assinale a alternativa correta:

- a) O delegado de polícia pode determinar o arquivamento do inquérito policial caso verifique que o fato é atípico ou que a punibilidade está extinta
- b) O inquérito policial é indispensável para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, mesmo que este já possua elementos suficientes para ajuizar a ação penal
- c) O advogado do investigado tem o direito de acesso amplo a todos os elementos da investigação,

inclusive diligências em curso e ainda não documentadas

- d) O inquérito policial é um procedimento judicial conduzido sob o crivo do contraditório pleno e da ampla defesa, sob pena de nulidade absoluta
- e) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial deve instaurar o inquérito de ofício sempre que tiver notícia da prática do delito

67. No que tange à Teoria Geral da Prova no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil adotou o sistema da prova tarifada como regra, o que obriga o juiz a condenar o réu sempre que houver confissão nos autos
- b) O juiz pode fundamentar sua decisão condenatória baseando-se exclusivamente em elementos informativos colhidos durante o inquérito policial
- c) São consideradas provas ilícitas aquelas obtidas com violação de normas de direito processual, sem reflexo direto em normas de direito material
- d) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão apenas em elementos da fase de investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas
- e) No sistema da íntima convicção, o juiz é livre para valorar as provas, mas deve obrigatoriamente fundamentar sua decisão de forma escrita

68. No que concerne às disposições do Código de Processo Penal sobre a prisão em flagrante, a prisão preventiva e a prisão domiciliar, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de prisão em flagrante, a comunicação da prisão e do local onde o autuado se encontra deve ser feita ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas
- b) O juiz poderá, de ofício, converter a prisão em flagrante em preventiva durante a audiência de custódia, desde que presentes os requisitos legais
- c) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe de crianças de até 12 (doze) anos de idade incompletos será substituída por prisão domiciliar, desde que o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça a pessoa e nem contra seu filho ou dependente
- d) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem e possuir filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, independentemente de ser o único responsável pelos cuidados da criança
- e) Decretada a prisão preventiva, o órgão emissor da decisão deve revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal

LEGISLAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Antônio Pequeno

69. Mário causou violência física e moral contra Jéssica, sob o contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher e com base na Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006), marque a alternativa correta:

- a) Poderá ser aplicada transação penal no caso de acordo.
- b) Poderá ser aplicado a suspensão condicional do processo no caso de acordo.
- c) Nesse caso é obrigatório o atendimento da mulher vítima por policial, exclusivamente, do sexo feminino.
- d) Não cabe a aplicação da lei nº 9.099/1995 no caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- e) A ameaça é um tipo de violência moral.

70. Carlos, Marcos, Ricardo e Hélio, membros de uma organização criminosa voltada para a prática de crimes de tráfico de pessoas. Carlos, líder da organização criminosa, resolveu participar de um acordo de colaboração premiada com o Ministério Público, sendo o primeiro a colaborar e fornecendo informações sobre infrações penais que o órgão acusador não tinha conhecimento. Tendo como referência essa situação hipotética e de acordo com a lei nº 12.850/2013, marque a alternativa correta.

- a) O juiz pode participar, junto com o Ministério Público, do acordo de colaboração premiada.
- b) Carlos poderá ser beneficiado pelo perdão judicial, vez que foi o primeiro a prestar a colaboração e trazer informações sobre infrações penais que o Ministério Público não tinha conhecimento
- c) Carlos não poderá ser beneficiado pelo perdão judicial, vez que era líder da organização criminosa.
- d) Para configuração de uma organização criminosa exige o mínimo de 3 agentes.
- e) O líder da organização criminosa não pode participar de um acordo de colaboração premiada.

71. Um indivíduo, na condução de veículo automotor, matou culposamente uma pessoa. Na análise fática foi constatado que ele não possuía permissão ou habilitação para conduzir veículo automotor. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta.

- a) O indivíduo responderá pelo crime de homicídio culposo, na direção do veículo automotor, mais o crime de dirigir sem permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, ambos previstos no Código de Trânsito Brasileiro.
- b) A conduta do indivíduo é atípica, vez que não possuía permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor.
- c) Se o indivíduo praticasse o crime de homicídio, a título de dolo, na condução do veículo automotor, responderia com base no Código de Trânsito Brasileiro.
- d) O indivíduo responderá pelo crime de homicídio culposo, na direção do veículo automotor, com a incidência da majorante por dirigir sem permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, conforme o art. 302, §1º, I, do Código de Trânsito Brasileiro. O crime de dirigir sem permissão ou habilitação será absorvido pelo crime de homicídio culposo majorado.
- e) A competência para julgar o crime praticado é do tribunal do júri.

72. A lei nº 8.072/1990, mas conhecida como a lei dos Crimes Hediondos, constantemente recebe alterações legislativas. Tendo como referência a lei supracitada, marque a alternativa correta.

- a) o crime de sequestro e cárcere privado é crime hediondo em qualquer hipótese
- b) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é crime hediondo
- c) o crime de epidemia na modalidade simples é crime hediondo.
- d) o roubo qualificado pela lesão corporal grave é crime hediondo.
- e) homicídio culposo.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

73. Acerca da aplicação da lei penal militar no tempo e no espaço, nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- a) A lei penal militar aplica-se exclusivamente aos crimes militares praticados em território nacional, não alcançando fatos ocorridos fora do Brasil, ainda que praticados por militar em serviço.
- b) A lei penal militar brasileira aplica-se ao crime militar praticado no estrangeiro por militar brasileiro, desde que em situação de atividade, independentemente da existência de tratado internacional ou da lei local.
- c) A lei penal militar retroagirá sempre que for mais benéfica ao agente, inclusive quando se tratar de lei temporária ou excepcional.
- d) Considera-se praticado o crime militar no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, ainda que outro seja o local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, adotando-se, no Código Penal Militar, exclusivamente a teoria da atividade.
- e) A lei penal militar aplica-se ao tempo do crime, considerando-se como tal o momento do resultado, ainda que diversa seja a época da ação ou omissão.

74. À luz do Código Penal Militar, no que se refere à aplicação da pena, à suspensão condicional da pena e ao livramento condicional, assinale a alternativa correta.

- a) A suspensão condicional da pena poderá ser concedida ao condenado por crime militar, desde que a pena privativa de liberdade aplicada não seja superior a 2 anos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a concessão ao reincidente.
- b) No Código Penal Militar, o livramento condicional poderá ser concedido ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 anos, desde que cumpridos mais de dois terços da pena, independentemente de reincidência ou de comportamento carcerário.
- c) A aplicação da pena no Código Penal Militar observará, entre outros critérios, a intensidade do dolo ou grau da culpa, a personalidade do agente e as circunstâncias e consequências do crime, admitindo-se, após a condenação, tanto a suspensão condicional da pena quanto o livramento condicional, desde que atendidos os requisitos legais específicos.
- d) A suspensão condicional da pena e o livramento condicional são institutos incompatíveis no âmbito do Direito Penal Militar, razão pela qual a concessão de um impede, de forma absoluta, a análise do outro.
- e) O livramento condicional, no Código Penal Militar, poderá ser concedido ao condenado reincidente em crime militar, ainda que não comprovado bom comportamento durante a execução da pena.

75. Durante serviço operacional, em uma organização militar estadual, o soldado **A**, inconformado com ordem legal emanada por seu comandante imediato, passou a questioná-la em tom elevado, na presença de outros militares subordinados, afirmando que a ordem era “absurda” e que não seria cumprida. Em seguida, recusou-se a executá-la, incentivando os demais militares presentes a também não obedecerem, o que causou abalo à disciplina e à hierarquia da unidade, embora não tenha havido emprego de violência.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do Código Penal Militar acerca dos crimes contra a autoridade ou a disciplina militar, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta do soldado A caracteriza exclusivamente o crime de desobediência, pois houve simples recusa ao cumprimento de ordem legal, sendo irrelevante o fato de a conduta ter ocorrido na presença de outros militares.
- b) O comportamento do soldado A configura crime de desacato, uma vez que as palavras ofensivas dirigidas ao superior hierárquico, ainda que sem violência, são suficientes para a tipificação penal.
- c) A conduta narrada caracteriza crime de motim, ainda que praticado sem emprego de violência, por ter havido recusa coletiva ao cumprimento de ordem superior.
- d) O soldado A praticou crime contra a autoridade ou disciplina militar, consistente em incitamento à desobediência, tendo em vista que estimulou outros militares a descumprirem ordem legal, independentemente de adesão efetiva dos subordinados.
- e) A conduta é atípica no âmbito do Direito Penal Militar, devendo ser apurada exclusivamente na esfera administrativa disciplinar, por inexistir violência ou grave ameaça.

76. O sargento B, responsável pelo almoxarifado de uma organização militar, valendo-se da facilidade decorrente de sua função, apropriou-se de munições pertencentes à Administração Militar, com a intenção de utilizá-las posteriormente para fins particulares. A irregularidade foi constatada antes que o material fosse empregado, tendo sido comprovado que o militar agiu de forma consciente e voluntária, sem emprego de violência ou grave ameaça.

À luz do Código Penal Militar, especificamente quanto aos crimes contra a administração militar, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta do sargento B caracteriza crime de peculato, sendo irrelevante, para a tipificação, o fato de o agente ser militar ou de o bem pertencer à Administração Militar.
- b) O fato configura crime de furto militar, uma vez que houve subtração de bem móvel, não se exigindo, para esse tipo penal, a qualidade especial do agente.
- c) A conduta é atípica no âmbito penal militar, devendo ser apurada apenas administrativamente, pois não houve dano efetivo nem emprego do material subtraído.
- d) O sargento B praticou crime de peculato militar, previsto no Código Penal Militar, uma vez que se apropriou de bem pertencente à Administração Militar, em razão do cargo que exercia.
- e) A conduta caracteriza crime de abuso de autoridade, pois houve desvio funcional no exercício da atividade administrativa militar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Murilo Marques

77. Durante a apuração de um fato ocorrido em uma organização militar federal, discute-se a incidência do **Código de Processo Penal Militar** em relação a normas processuais penais comuns e a tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro. No curso do procedimento, surgem questionamentos quanto à aplicação da lei processual penal militar no tempo e no espaço, bem como à sua relação com o Código de Processo Penal comum.

Assinale a correta

- a) O Código de Processo Penal Militar aplica-se exclusivamente aos crimes militares definidos em lei, não admitindo, em nenhuma hipótese, a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal comum.
- b) A lei processual penal militar aplica-se imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais já praticados sob a vigência da lei anterior, desde que mais benéfica ao acusado.
- c) O Código de Processo Penal Militar incide apenas sobre processos instaurados no território nacional, sendo inaplicável a fatos ocorridos no estrangeiro, ainda que envolvam militares brasileiros em serviço.
- d) Na ausência de disposição expressa no Código de Processo Penal Militar, admite-se a aplicação subsidiária do Código de Processo Penal comum, desde que compatível com os princípios que regem o processo penal militar.
- e) Tratados e convenções internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro não podem influenciar a interpretação das normas do Código de Processo Penal Militar, em razão da especialidade da Justiça Militar.

78. No curso da apuração de suposta infração penal militar ocorrida no interior de uma unidade castrense, instaurou-se Inquérito Policial Militar (IPM) para a colheita de elementos informativos. Durante o procedimento, discutiu-se a natureza jurídica do IPM, suas finalidades, a autoridade competente para sua condução e os efeitos de eventuais irregularidades ocorridas em sua tramitação.

À luz do **Código de Processo Penal Militar**, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Inquérito Policial Militar possui natureza jurisdicional, sendo imprescindível a observância plena do contraditório e da ampla defesa desde a sua instauração.
- b) O Inquérito Policial Militar é indispensável para o ajuizamento da ação penal militar, sob pena de nulidade absoluta do processo judicial subsequente.
- c) Eventuais vícios ocorridos no Inquérito Policial Militar contaminam necessariamente a ação penal militar dele decorrente, ainda que inexistente prejuízo à defesa.
- d) O Inquérito Policial Militar é procedimento administrativo, de caráter inquisitivo, destinado à apuração do fato e de sua autoria, podendo ser dispensado quando já existirem elementos suficientes para a propositura da ação penal militar.
- e) A autoridade policial militar não possui discricionariedade na condução do Inquérito Policial Militar, estando vinculada a todos os requerimentos formulados pelo indiciado e por seu defensor.

79. Durante o processamento de uma ação penal militar perante a Justiça Militar da União, surgiram dúvidas acerca da posição processual do juiz, da atuação de seus auxiliares e da definição das partes no processo penal militar, especialmente no que se refere à iniciativa probatória e à imparcialidade judicial.

Considerando as disposições do **Código de Processo Penal Militar**, assinale a alternativa **correta**.

- a) O juiz militar atua como parte imparcial do processo, podendo suprir integralmente a inércia do Ministério Público na produção da prova acusatória.
- b) No processo penal militar, o juiz pode determinar, de ofício, a produção de provas, desde que preserve sua imparcialidade e observe os limites legais.
- c) Os auxiliares do juiz possuem autonomia decisória plena, podendo praticar atos jurisdicionais independentemente de delegação expressa.
- d) No processo penal militar, o assistente da acusação substitui o Ministério Público sempre que este deixar de atuar de forma diligente.
- e) O ofendido é considerado parte principal no processo penal militar, equiparando-se ao Ministério Público na titularidade da ação penal.

80. No curso de uma ação penal militar instaurada para apurar crime praticado em serviço, surgiram controvérsias quanto à produção, admissibilidade e valoração das provas, bem como sobre a iniciativa probatória do juiz e os limites impostos pelo sistema processual penal militar. A defesa sustentou nulidade de determinados atos, ao argumento de que teriam sido produzidos de forma incompatível com os princípios que regem o processo penal.

À luz das disposições do **Título XV do Código de Processo Penal Militar**, assinale a alternativa correta.

- a) No processo penal militar, a prova somente pode ser produzida por iniciativa das partes, sendo vedada ao juiz qualquer atuação probatória de ofício.
- b) A prova ilícita é admitida no processo penal militar quando produzida para a proteção da hierarquia e da disciplina, valores estruturantes das instituições militares.
- c) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, não estando vinculado a critérios legais de valoração, devendo fundamentar sua decisão nos elementos constantes dos autos.
- d) A confissão do acusado, quando realizada de forma livre e espontânea, possui valor probatório absoluto, dispensando a análise conjunta com as demais provas produzidas.
- e) A prova testemunhal, no processo penal militar, prevalece hierarquicamente sobre as demais espécies de prova, em razão da presunção de veracidade dos depoimentos prestados por militares.

Discursiva

Texto Motivador

Um líder de um movimento radical publicou, em um jornal de grande circulação, um manifesto instigando a população a "impedir o nascimento de crianças" de uma determinada etnia minoritária, alegando a necessidade de purificação nacional. O manifesto não resultou em ações físicas imediatas, mas gerou comoção. Tempos depois, ao ser processado em seu país de origem, o líder fugiu para o Brasil. Diante do pedido de extradição, a defesa alegou que a conduta do líder foi meramente política e que, por não ter havido mortes, o crime de genocídio não estaria configurado.

Comando da Questão

Considerando as disposições da Lei nº 2.889/1956 (Lei do Genocídio) e a jurisprudência correlata, redija um texto dissertativo abordando os seguintes tópicos:

1. Defina o elemento subjetivo específico exigido para a caracterização do crime de genocídio e o bem jurídico tutelado.
2. Analise a tipicidade da conduta de incitação ao genocídio descrita no caso, abordando a consumação e causas de aumento de pena.
3. Discorra sobre a viabilidade da tese defensiva de "crime político" para evitar a extradição.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>